



LEI N.º 2.139/2014

DE 02 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL À EMPRESA MARIA APARECIDA DE JESUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE COQUEIRAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Concessão de Direito Real de Uso do imóvel parte ideal composta de salas e espaço para lanchonete no Terminal Rodoviário Municipal, de uma área total de 756,60 m² (setecentos e cinquenta e seis vírgula e sessenta metros quadrados), de propriedade do Município, correspondente a parte ideal desmembrada do loteamento "Loteamento do Trevo", localizada no Município de Coqueiral-MG, registrada sob a Matrícula número 4.244, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Esperança-MG.

Art. 2.º - A concessão será outorgada, através de Termo de Concessão de Direito Real de Uso, à empresa MARIA APARECIDA DE JESUS, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.235.789/0001-01, com sede na Praça Sete de Setembro, 204, Centro, em Coqueiral-MG, CEP 37235-000, de forma gratuita e sem ônus para nenhuma parte.

Art. 3.º - A concessão de direito real de uso tem por finalidade única e exclusiva a cessão do imóvel acima descrito para fins de instalação de uma lanchonete para atendimento dos usuários do Terminal Rodoviário Municipal.

§ 1.º A concessionária terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, para instalar a lanchonete descrita no *caput* deste Artigo, sob pena de reversão do imóvel ao Município.



Prefeitura Municipal de **COQUEIRAL MG**

PREFEITURA MUNICIPAL DE
COQUEIRAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.239.624/0001-21

ADMINISTRAÇÃO 2013 | 2016 UNIÃO RESPEITO TRABALHO

Rua Minas Gerais, 62 – Vila Sônia - CEP: 37235-000 - Telefax: 35 3855 1166 - Telefone: 35 3855 1162 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

§ 2.º A qualquer tempo, a cessionária deverá possibilitar a fiscalização das atividades exercidas no imóvel ora cedido, com o propósito de atestarem o fiel cumprimento da presente Lei.

§ 3.º Após o início das atividades, a cessionária se obriga a apresentar à Prefeitura Municipal de Coqueiral, documentação que comprove a regularidade da empresa, devendo apresentá-la também a cada 06 (seis) meses, constituída dos seguintes documentos:

- I. Alvará de funcionamento;
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

Art. 4.º - A Concessão de Direito Real de Uso de que trata o artigo anterior vigorará até a data de 31 de dezembro de 2016, podendo esse prazo ser prorrogado por acordo das partes:

- III. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- IV. Por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 5.º - A posse do imóvel se reverterá ao Município, caso a concessionária encerrar suas atividades antes do final do prazo previsto no artigo anterior ou desviar a função do imóvel de sua finalidade contratual.

Art. 6.º - As benfeitorias realizadas no imóvel pela empresa incorporarão ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização pelas mesmas.

Art. 7.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Coqueiral, 02 de maio de 2014.

ARNALDO LEMOS FIGUEIREDO

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de **COQUEIRAL MG**

PREFEITURA MUNICIPAL DE
COQUEIRAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.239.624/0001-21

ADMINISTRAÇÃO 2013 | 2016 UNIÃO RESPEITO TRABALHO

Rua Minas Gerais, 62 – Vila Sônia - CEP: 37235-000 - Telefax: 35 3855 1166 - Telefone: 35 3855 1162 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO N.º ____/2014

O **MUNICÍPIO DE COQUEIRAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Minas Gerais, 62 – Vila Sônia, CNPJ 18.239.624/0001-21, Coqueiral, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal ARNALDO LEMOS FIGUEIREDO, brasileiro, casado, advogado, CPF 059.184.726-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado _____, inscrita no CNPJ _____, com sede na Rua _____, n.º __, Bairro _____, município de Coqueiral-MG, CEP 37235-000, neste ato, representada por _____, _____, CPF _____, RG _____, residente e domiciliada na Rua _____, n.º __, Bairro _____, em Coqueiral-MG, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, as partes tem entre si, justo e acertado o presente contrato de concessão de direito real de uso, parte integrante da Lei Municipal n.º ____, na qual justifica a dispensa de processo licitatório, com base no disposto na Lei 8.666/93, art. 17, § 2.º, que se regerá pelas cláusulas seguintes e condições constantes da Lei Municipal e deste contrato:

CLÁUSULA 1.ª – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a concessão de direito real de uso do imóvel parte ideal composta de salas e espaço para lanchonete no Terminal Rodoviário Municipal, de uma área total de 756,60 m² (setecentos e cinquenta e seis vírgula e sessenta metros quadrados), de propriedade do Município, correspondente a parte ideal desmembrada do loteamento "Loteamento do Trevo", localizada no Município de Coqueiral-MG, registrada sob a Matrícula número 4.244, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Boa Esperança-MG.

CLÁUSULA 2.ª – DA FINALIDADE

Instalação de uma lanchonete para atendimento dos usuários do Terminal Rodoviário Municipal.

CLÁUSULA 3.ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

O Contratante deverá proporcionar condições para a boa execução do objetivo deste contrato.

CLÁUSULA 4.ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá promover o registro do presente contrato no Cartório e Registro de Imóveis da Comarca de Boa Esperança-MG.

A concessionária terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, para instalar a lanchonete descrita no caput deste Artigo, sob pena de reversão do imóvel ao Município.

A qualquer tempo, a cessionária deverá possibilitar a fiscalização das atividades exercidas no imóvel ora cedido, com o propósito de atestarem o fiel cumprimento da presente Lei.

Após o início das atividades, a cessionária se obriga a apresentar à Prefeitura Municipal de Coqueiral, documentação que comprove a regularidade da empresa, devendo apresentá-la também a cada 06 (seis) meses, constituída dos seguintes documentos:

- I. Alvará de funcionamento;
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

CLÁUSULA 5.ª – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A Contratada fica responsável por todos os ônus, tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre os serviços contratados, bem como suprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas,



Prefeitura Municipal de **COQUEIRAL MG**

PREFEITURA MUNICIPAL DE
COQUEIRAL

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.239.624/0001-21

ADMINISTRAÇÃO 2013 | 2016 UNIÃO RESPEITO TRABALHO

Rua Minas Gerais, 62 – Vila Sônia - CEP: 37235-000 - Telefax: 35 3855 1166 - Telefone: 35 3855 1162 - E-mail: secgeral@coqueiral.mg.gov.br

previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

CLÁUSULA 6.ª – DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato é o previsto na Lei Municipal n.º _____:

“Art. 4.º - A Concessão de Direito Real de Uso de que trata o artigo anterior vigorará até a data de 31 de dezembro de 2016, podendo esse prazo ser prorrogado por acordo das partes.”

CLÁUSULA 7.ª – DO VÍNCULO

O pessoal empregado na prestação dos serviços não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos decorrentes das relações de trabalho, na forma dos artigos 593 e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA 8.ª – DA REVOGAÇÃO

O presente contrato somente poderá ser revogado mediante lei votada em dois turnos e dois terço dos votos da Câmara Municipal.

CLÁUSULA 9.ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS

A posse do imóvel se reverterá ao Município, caso a concessionária encerrar suas atividades antes do final do prazo previsto no artigo anterior ou desviar a função do imóvel de sua finalidade contratual.

CLÁUSULA 10 – DO FORO

Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Boa Esperança – Estado de Minas Gerais.

Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de teor e forma, para a única finalidade aqui expressa, na presença de duas testemunhas.

Coqueiral, ____ de _____ de _____

Arnaldo Lemos Figueiredo

Prefeito Municipal

MARCELO DE PAULA COUGO

Procurador Geral do Município

OAB-MG 93.149

Testemunhas:

Nome _____

CPF _____

Nome _____

CPF _____